

# A FRONTEIRA EM QUESTÃO: ESTUDO DA OCUPAÇÃO DE MAMBORÊ/PR

THE BORDER IN QUESTION: STUDY OF THE OCCUPATION  
OF MAMBORÊ/PR

**Fábio André Hahn**

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

**Josimari de Brito Morigi**

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

## **Correspondência:**

Avenida Comendador Norberto Marcondes, 733, Centro.  
Campo Mourão – Paraná – Brasil. CEP: 87303-100

E-mail: [josimorigi@gmail.com](mailto:josimorigi@gmail.com)

## **Resumo**

A presença de estrangeiros na região de fronteira a partir do final do século XIX e início do século XX, e sua consequente entrada pelos sertões paranaenses, serviu propositalmente aos discursos oficiais do estado para a implantação de seus interesses políticos e econômicos. Os discursos propagavam o ideal da construção de uma nação homogênea, que seria efetivada pela ocupação dos considerados “vazios demográficos”, por meio de um intenso fluxo migratório para dar maior brasilidade ao espaço de fronteira, investigada neste estudo a partir do caso da ocupação do município de Mamborê, no Paraná.

**Palavras-chave:** Fronteira; migração; ocupação.

## **Abstract**

The presence of foreigners in the border region from the late nineteenth century and early twentieth century, and their consequent entry through the Paraná hinterlands, purposely served the official discourse of the state for the implementation of its political and economic interests. The speeches propagated the ideal of building a homogeneous nation, which would be carried out by the occupation of considered "demographic gaps" through an intense migratory flow to give more Brazilianness to frontier space, investigated in this study from the case of the occupation of the municipality of Mamborê, Paraná.

**Keywords:** Border; Migration; Occupation.

## Introdução

Na primeira metade do século XX o Paraná foi marcado pelos fluxos migratórios e pelo processo de ocupação territorial dos sertões. Grande parte desse movimento foi impulsionado pelo discurso do Estado Novo, na década de 1930, adotado com intensidade no estado do Paraná, sobretudo dada a importância política e estratégica de ocupação das fronteiras.

O propósito bastante explícito do discurso estatal era o de “abrasileirar os sertões”. Por esse motivo foram desenvolvidas propagandas com o intuito de impulsionar as migrações para o interior do estado, estimulando sonhos de colonos de diversas partes do país.

As disputas referentes à fronteira sempre foram tema presente nos debates sobre os sertões do atual estado do Paraná, basta mencionar dois momentos em que o conflito foi mais intenso. Desses dois momentos, para tratar do primeiro é preciso focar a atenção sobre a segunda metade do século XVI para entender o início das disputas pelas fronteiras. Nesse período foram criados vários núcleos populacionais na colônia espanhola que se estendia sobre o território estudado. Entre os núcleos podemos destacar Ontiveros, Ciudad Real e Vila Rica del Espíritu Santo, criados com objetivo de proteger as fronteiras das investidas dos bandeirantes paulistas. Já no segundo caso, a atenção deve ser focada no século XIX, principalmente em fins do século, momento em que a preocupação com as fronteiras e a necessidade de ocupação populacional era bastante evidente e posta em prática com a implantação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu, o que demonstrava a necessidade da abertura de estradas que viabilizassem o processo de ocupação desses sertões. Essa preocupação se alastrou no decorrer das primeiras décadas do século XX, quando a presença estrangeira se fazia presente em maior número de empreendimentos e pessoas, e motivou a efetivação de um discurso de segurança nacional.

Assim, portanto, o propósito neste artigo é problematizar o discurso oficial da preocupação com as fronteiras nacionais, problematização a ser elaborada a partir de um estudo de caso: a ocupação do território do atual município de Mamborê (Figura 1). Nesse sentido, para tratar da questão, iremos desenvolver o estudo em dois momentos: primeiro momento a exploração da erva-mate nativa pelas *obrages* com forte presença de argentinos e de paraguaios e, no segundo momento, a exploração intensificada pelas políticas de migração e ocupação territorial das fronteiras.

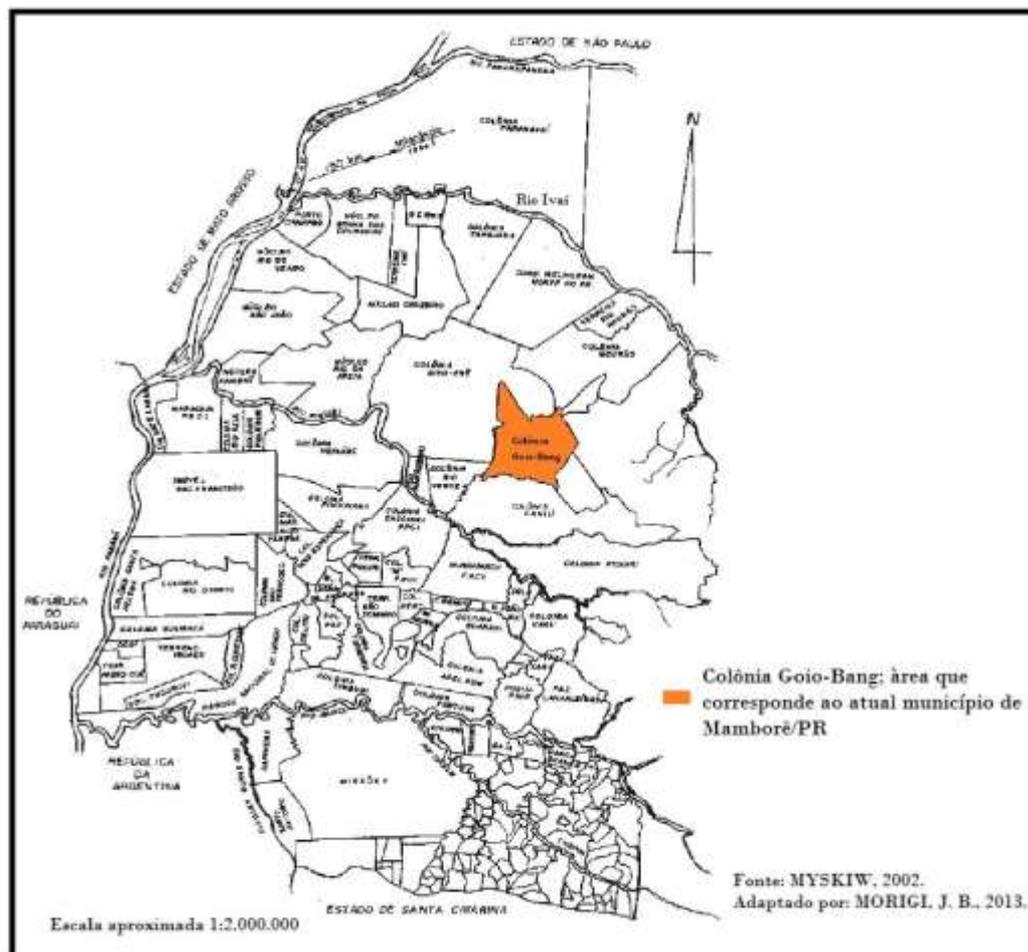


Figura 1. Mapa da região Oeste do estado do Paraná, que representa o espaço de fronteira. Além disso, é destacada a Colônia Goio-Bang: área que corresponde ao atual município de Mamborê/PR.

Fonte: Antonio Marcos Myskiw. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 2002. Adaptado pelos autores do artigo.

### Mamborê e a erva-mate: a frente de ocupação exploratória

É importante ressaltar que, muito antes da chegada dos primeiros migrantes à região no século XX, o espaço já era ocupado por grupos indígenas.<sup>1</sup> O território onde está localizado o atual município de Mamborê também já pertenceu aos espanhóis por ocasião do Tratado de Tordesilhas, no século XV. De acordo com esse Tratado, somente a parte Leste do Estado do Paraná pertencia aos portugueses, sendo o restante do território de domínio espanhol. Mesmo assim, no entanto, a região sempre foi palco de disputas pelas fronteiras, de modo que, em 1570, o capitão

<sup>1</sup> Cf. MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá, PR: Eduem, 1994.

espanhol Ruy Diaz Melgarejo funda a terceira vila, conhecida como *Villa Rica del Espiritu Santo*, localizada entre os rios Ivaí e Piquiri, mas transferida em 1592 para junto da foz rio Corumbataí, no Ivaí.<sup>2</sup> A criação das vilas foi uma forma de proteção das fronteiras espanholas frente às investidas dos bandeirantes paulistas.

Já na segunda metade do século XIX, então a preocupação com as fronteiras volta à cena principal com maior destaque, especialmente a partir de 1888, com o propósito de ocupação e colonização de uma vasta área de território paranaense situada a Oeste dos campos de Guarapuava. Nesse território foi fundada a Colônia Militar que deu origem à cidade de Foz do Iguaçu, localizada em uma área de fronteira e de predominância da presença de estrangeiros, o que evidenciou a necessidade da construção de estradas e da ocupação estratégica da região. Segundo Antonio Myskiw,<sup>3</sup> um dos propósitos da Colônia Militar era promover o abasileiramento daquela região, mesmo que a presença crescente de argentinos e de paraguaios na exploração dos ervais e da madeira, ou como colonos, demonstrasse a inviabilidade da proposta. A dificuldade da implantação de uma política de abasileiramento se dava pela distância dos núcleos urbanos brasileiros, haja vista que o mais próximo era Guarapuava, município localizado a 400 km, e pela ausência de uma política de incentivo de migração de novos colonos brasileiros para a fronteira.

Devido à apreensão com relação às fronteiras, as iniciativas de sua ocupação tiveram início em 1846, sendo efetivada a abertura dos primeiros caminhos pelos militares em 1848 na região situada entre Guarapuava e o rio Paraná, procurando, com isso, incentivar a ocupação, exploração e povoamento da fronteira e inibir, dessa forma, o avanço de posseiros e de fazendeiros guarapuavanos sobre as terras indígenas.<sup>4</sup>

No início do século XX, as disputas na região de fronteira ainda se faziam presentes. As ações produtivas, exploratórias e comerciais das *obrages* não obedeciam aos limites das fronteiras nacionais. Segundo Gregory,<sup>5</sup> as denúncias presentes nos relatos de viagens são inúmeras, entre elas as denúncias realizadas por Domingos Nascimento, que, em 1903, publicou a obra *Pela Fronteira*, na qual denuncia a ocupação e exploração estrangeira — nesse caso, sobretudo por argentinos.<sup>6</sup> De igual forma na obra *A Columna da Morte*, de 1926, João Cabanas aborda a exploração efetuada por argentinos da mão de obra dos *mensus* paraguaios em ervais situados

---

<sup>2</sup> AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual, a história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz Montoya*. Roma: E. P. U. G, 2002. CARDOZO, Ramón I. *La anti-gua província de Guairá y la Villa Rica del Espiritu Santo*. Buenos Aires: Librería y Casa editora, 1988.

<sup>3</sup> MYSKIW, Antonio Marcos. *A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2011; Niterói, RJ: UFF, 2011, p. 222.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>5</sup> GREGORY, Valdir. Os sertões: descrições sobre a população. In: SCHALLENBERGER, Erneldo. *Fronteiras culturais e desenvolvimento regional: novas visibilidades*. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2010, p. 93-119.

<sup>6</sup> Cf. NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba, PR: Typografia da República, 1903.

no território brasileiro.<sup>7</sup> Nessa mesma direção, na obra *Pelas Selvas e Rios do Paraná*, de 1946, Coelho Junior retrata a sua passagem pela região Oeste do Paraná na década de 1920.<sup>8</sup> Nessas andanças, ao passar por Campo Mourão, teria encontrado caboclos e forasteiros vivendo no sertão, formando uma população mestiça, distante do discurso do “vazio demográfico” propagado e da política de abasileiramento que o governo desejava.

Entre o final da primeira e o começo da segunda década do século XX, iniciou-se o processo de ocupação e exploração na região do atual município de Mamborê. Conforme Wachowicz (1982), não havia fiscalização para a ocupação da área. Simplesmente se adquiria uma propriedade ou se obtinha uma concessão do governo paranaense a preços baixos, ou mesmo se realizavam explorações sem autorização e sem documentação nenhuma. No caso de Dom Júlio Thomas Allica, que era engenheiro militar e obragero,<sup>9</sup> e também proprietário de uma Companhia, por meio de articulação política conseguiu adquirir duas pequenas propriedades no oeste paranaense, uma de 400 hectares no ponto inicial da estrada “Porto Artaza” e outra de 400 hectares na margem esquerda do rio Piquiri, autorizado pelo Congresso Legislativo paranaense no artigo 2º da Lei Estadual nº 781, de 20 de abril de 1908. Para Allica, o processo de ocupação se efetivou por meio da ação da implantação de vários acampamentos. Allica foi o principal explorador e exportador da erva-mate nativa da região, trazendo consigo argentinos e paraguaios para trabalharem para a sua Companhia.<sup>10</sup>

Dom Júlio Allica, juntamente com os seus comandados argentinos e paraguaios, se deslocaram desde o Rio Piquiri até chegarem o local onde está localizada a atual Praça das Flores, hoje município de Mamborê. O acampamento passou a ser chamado por Allica de Natividad. Esse era o mais distante dos acampamentos pertencentes ao argentino, e também era o que ficava mais distante de sua base, no Rio Paraná, no período da intensa exploração da erva-mate pelas companhias empenhadas nesse negócio.

Além do Natividad, surgiram outros acampamentos na região, resultantes das ações devastadoras das companhias, dentre as quais citamos: Catatumba de Folhas,

---

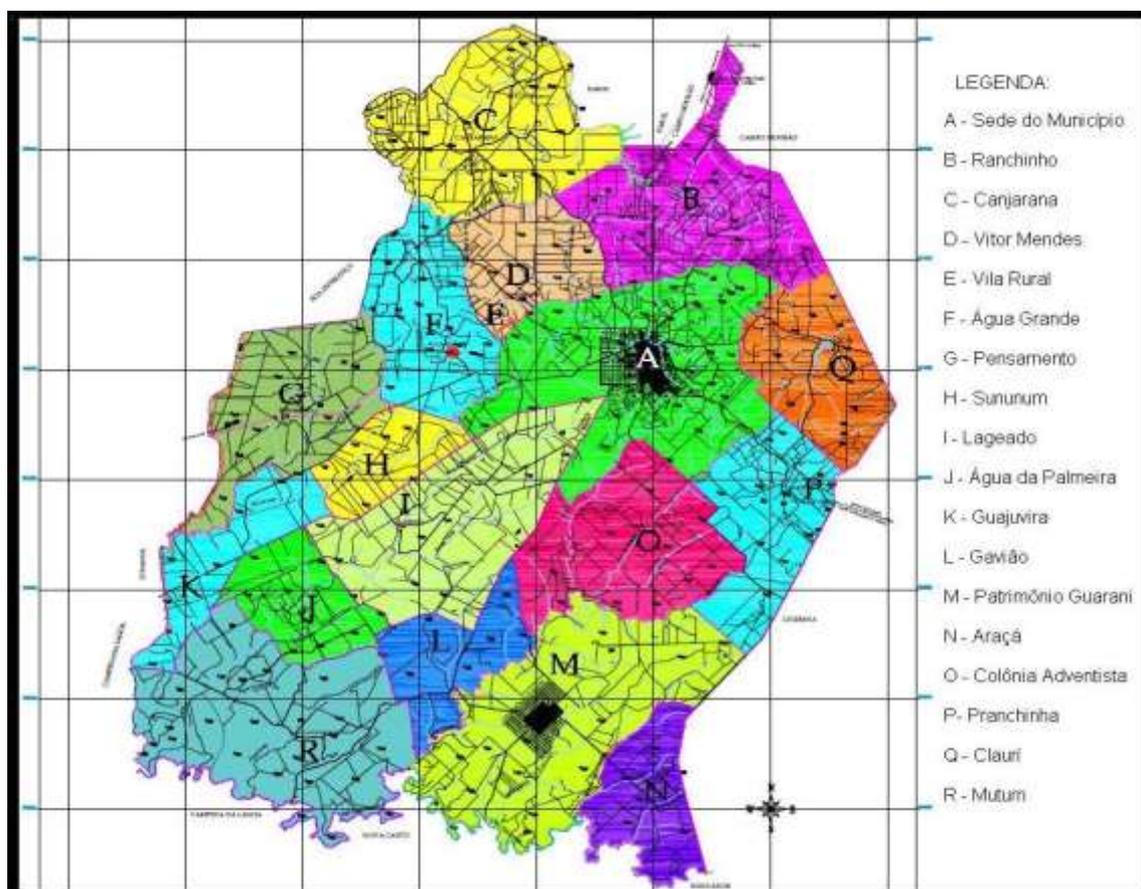
<sup>7</sup> CABANAS, João. *A columna da morte*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1926.

<sup>8</sup> COELHO JUNIOR. *Pelas selvas e rios do Paraná*. Curitiba/SP/RJ: Editora Guaíra Limitada, 1946.

<sup>9</sup> Proprietário de uma *Obrage*. A *obrage* era uma grande área de terras concedida pelo governo brasileiro a algumas empresas do exterior (argentinas e inglesas) para a extração de erva-mate e madeira no Oeste do Paraná. (Cf. WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste paranaense*. Curitiba, PR: Editora Vicentina, 1982).

<sup>10</sup> YOKOO, Edson Noriyuki. *A dinâmica das frentes de ocupação territorial na mesorregião centro-ocidental paranaense*. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013; GREGORY, Valdir. Fronteiras e territórios: explorações nos sertões do Paraná. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antônio (Orgs.). *Nas malhas do poder: história, cultura e espaço social*. 1. ed. Campo Mourão, PR: Editora da Fecilcam, 2011, p. 29-52; CRUZ, Márcia Lucia da. *Agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista no município de Campo Mourão – PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010; WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. *Op. cit.*

Inhampecê, Ronquita, Dom Canuto, Pensamiento,<sup>11</sup> Sununum, Memória, Boicai, Porto Piquiri, dentre outros.<sup>12</sup> A princípio, foram esses os nomes dos acampamentos, porém, à medida que o tempo foi passando, vários desses acampamentos deixaram de existir ou mudaram de nome. Ademais, alguns desses acampamentos que Allica instaurou na região do atual município de Mamborê mantiveram os nomes e tornaram-se comunidades rurais,<sup>13</sup> conforme podemos observar na figura a seguir.



**Figura 2: Mapa das Comunidades do Município de Mamborê-PR.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Mamborê, 2010. Adaptado pelos autores do artigo.

<sup>11</sup> Para Nogueira, o arraial com o nome de Pensamiento era um dos depósitos centrais de mate e acampamento na exploração dos ervais do vale do Piquiri-Ivaí, lugar do atual município de Mamborê, às margens da Rodovia BR-369. Cf. NOGUEIRA, Júlio. *Do rio ao Iguassú e ao Guayra*. Rio de Janeiro: Editora Carioca, 1920, p. 147-148.

<sup>12</sup> OLIPA, Vilson. *História de Mamborê*. Mamborê, PR: s/e, 1998.

<sup>13</sup> Edson Yokoo destaca que os acampamentos de Allica eram bem conhecidos, apontando um relato de Eugenio Custódio de Oliveira em que diz: “Eu amadrinhava tropa de mulas e passava por uns lugares chamados Mamburê e Ronquita Cuê, acampamentos de paraguaios que vinham roubar ervamate, daqui até na Borboletinha e Pitanga”. BATHKE JUNIOR, Wille. Família Custódio de Oliveira, 47. *Tribuna do Interior*, Campo Mourão, 21 jul. 2002. Especial: Projeto Raízes. Conferir também YOKOO, Edson Noriyuki. *A dinâmica das frentes de ocupação territorial*. Op. cit., 2013.

A atuação da Companhia Allica devastou as florestas e arrasou os ervais da região. Após ser extraída e beneficiada, a erva-mate era levada até Porto Artaza, ancoradouro esse que também era propriedade de Allica e localizava-se junto ao rio Paraná, sendo a erva-mate de lá exportada, sobretudo, para a Argentina, livre de taxas e impostos.

De Porto Artaza, onde se encontrava a sede da *obrage* de Allica, até a região de Campo Mourão, onde o argentino mantinha inúmeros acampamentos, a distância era de aproximadamente 350 km. Por isso, Allica mantinha, ao longo das extensas “picadas”, inúmeros postos de pousos. Ademais, em alguns dos acampamentos instalados em pontos estratégicos, além da exploração da erva-mate e da madeira, havia também a produção de mantimentos e a criação de gado e de animais de tração para puxarem as carroças.<sup>14</sup> No acampamento Natividad, por exemplo, o *obragero* manteve uma espécie de sede dos outros acampamentos menores, sendo desse local que partiam diversos caminhos denominados de picadas e que seguiam para todas as direções, utilizadas na busca e extração da erva-mate.

Os trabalhadores dos ervais, na maioria paraguaios, também conhecidos como *mensus*,<sup>15</sup> viviam em condições de total miséria e eram submetidos a longas jornadas diárias de trabalho em troca de minguados salários mensais. Quando manifestavam qualquer tipo de descontentamento eram severamente castigados pelo capataz de alcunha Santa Cruz, cunhado de Allica e principal administrador de seus acampamentos. Em determinado momento, após serem massacrados pelos homens leais do capataz Santa Cruz, os *mensus* que trabalhavam no acampamento Natividad para Dom Júlio Allica abandonaram o local.

Após a fuga, Natividad precisava de novos trabalhadores, porém, a notícia dos maus tratos aos trabalhadores já havia se espalhado rapidamente por todas as direções. Na tentativa de acabar com a má fama e atrair novos trabalhadores, Allica, então, resolveu mudar o nome do acampamento para “Haamam-Amburê”. Na língua tupi-guarani *haaman* significa “lugar distante”, e *amburê*, “reunião de pessoas”.<sup>16</sup> Com a nova denominação, o acampamento conseguiu reativar a exportação da erva-mate, porém os novos trabalhadores continuaram a sofrer com os maus tratos.

De acordo com Ruy Wachowicz,<sup>17</sup> em 1924, com a passagem das tropas legalistas do mineiro e então presidente da república Arthur Bernardes, estabeleceu-se um grupo de resistência no Oeste do Paraná e um batalhão foi enviado para a região do Piquiri e Guarapuava. O grupo de resistência era constituído, na sua maioria,

---

<sup>14</sup> NOGUEIRA, Júlio. *Do rio ao Iguassú e ao Guayra. Op. cit.*; WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos. Op. cit.*, 1982.

<sup>15</sup> Como eram chamadas as pessoas que realizavam o trabalho braçal em uma *obrage*, recebendo sua remuneração mensalmente. O termo é originário da língua espanhola, mensual, isto é, mensalista. WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos. Op. cit.*

<sup>16</sup> OLIPA, Vilson. *História de Mamborê. Op. cit.*

<sup>17</sup> WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos. Op. cit.*, p.58.

pelos rebeldes paulistas que estavam inconformados com o governo e que haviam se direcionado ao Paraná, onde se juntaram aos revoltosos gaúchos e deram início à Coluna Prestes.

Quando o tenente João Cabanas chegou ao povoado Piquiri, recebeu denúncias de que Allica havia recebido do governo paranaense armas para combater os revolucionários no “picadão” existente entre Piquiri e Guarapuava, o qual passava por Campo Mourão. Na tentativa de se precaver contra tal pretensão, Cabanas prendeu o capataz Santa Cruz, que era o administrador dos inúmeros acampamentos que Allica mantinha na região, e também mandou prender os seus capangas,<sup>18</sup> desarticulando, desse modo, o domínio estrangeiro e possibilitando melhorias nas condições de vida na região.

Ao se deparar com a situação desumana em que se encontravam os *mensus* que trabalhavam nos acampamentos de Allica, o tenente João Cabanas, após a vitória alcançada pelas tropas legalistas de Arthur Bernardes durante a batalha no Monte dos Medeiros (localizado entre Cascavel e Laranjeiras do Sul), em meados da década de 1920, saiu em direção ao Paraguai levando consigo a maioria dos trabalhadores da Companhia de Dom Júlio Allica, que aproveitaram da situação para se livrarem do explorador. Nesse momento, o sistema *obragero* de Allica entrou em decadência, em virtude da falta de mão de obra e também porque os revolucionários da *Coluna da Morte*, como foi chamada por Cabanas, prenderam seus capatazes e capangas, saquearam seus acampamentos e, em seguida, destruíram alguns deles.

Todos estes fatores, em conjunto com o posterior assassinato do capataz Santa Cruz, na região do atual município de Quatro Pontes-PR, fizeram com que Dom Júlio Allica decidisse abandonar de vez a região no ano de 1941, deixando para trás ranchos, ferramentas e depósitos de erva-mate.

Até hoje são encontrados inúmeros vestígios da estadia de Allica no município de Mamborê. Recentemente foram encontradas armas e munições, bem como buracos e pequenos túneis na terra em vários lugares, evidências de que ali já existiram barbaquás,<sup>19</sup> utilizados no processo de secagem da erva-mate. Ademais, a Avenida Interventor Manoel Ribas, hoje uma das principais avenidas de Mamborê e algumas estradas do município ainda mantêm o mesmo traçado dos primeiros caminhos abertos pelos *mensus*. E, na atual comunidade do Gavião, até há poucos anos, havia sinais da existência de um carijo<sup>20</sup> utilizado no processamento da erva-mate.

---

<sup>18</sup> WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos*. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>19</sup> Barbaquá é um método de sapear a erva-mate, ou seja, expor a erva a altas temperaturas para retirar a umidade da folha. A madeira é queimada a aproximadamente a 20 metros de distância, sendo o calor conduzido por um túnel de tijolos com abertura larga para abastecimento do fogo com madeira, mas que se estreita até chegar ao local em que estão as ervas. Dessa forma, evita o perigo de incêndio no local.

<sup>20</sup> Carijo é uma armação de varas na qual são depositados os fardos de erva-mate para serem secadas superficialmente. A finalidade é a mesma do barbaquá, no entanto o formato é diferente e com certas variações. Em geral ele é construído aproveitando a inclinação do terreno, escavando de modo que fiquem as paredes laterais e do fundo e que são preenchidos com pedras. A parte superior é preenchida

O que se verificou nesse momento foi a intensidade das atividades dos obra-geros em toda a região de fronteira, negando o discurso do vazio que se propagava e em que muitos paranaenses acreditavam. A brasilidade reduzida no território de fronteira, marcada pela exploração e pelo comércio, dava indicativo da falta da integridade territorial nos sertões. Como dizia Coelho Junior: “Tudo estrangeiro. A geografia humana, os costumes, a língua, o comércio com Buenos Aires, o dinheiro, tudo!”.<sup>21</sup> E reforça Edmundo Mercer, em entrevista em 7 de junho de 2013, ao jornal *Diários dos Campos*, de Ponta Grossa, que, com exceção de Foz do Iguaçu, que possuía autoridades policiais e judiciárias, nos outros pontos do estado não se observa “vestígios de nossa soberania”. Segundo Mercer, “[...] o brasileiro é recebido como um hóspede estrangeiro – a língua, o dinheiro, o selo; é como disse Sebastião Paraná: um Estado dentro do Estado”.<sup>22</sup> Isso questionava a formação populacional brasileira, inadequada para a cultura nacional, mas que, ao mesmo tempo, favoreceu ao discurso da necessidade de abasileiramento imposta pelo Estado Novo por meio da política de *Marcha para o Oeste*. A palavra de ordem do governo Vargas passava a ser de nacionalização das fronteiras.

### Migrações e colonização: a frente de ocupação de povoamento

O processo de ocupação das fronteiras começa a ser intensificado a partir da política de *Marcha para o Oeste* da década de 1930. Para o Estado, a presença dos estrangeiros nas fronteiras e sua entrada sertão adentro gerava certo desconforto, mas serviu para a intensificação de um discurso nacionalista e de preocupação com a segurança nacional. A política de ocupação instituída por Getúlio Vargas tinha como propósito articular um movimento de migração interna com objetivo de nacionalizar as fronteiras e controlar o espaço geográfico da nação brasileira.<sup>23</sup>

O discurso do “vazio” que marcava a política de colonização do Estado Novo, segundo Alcir Lenharo, centrava-se na “[...] criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas ‘vazias’ [...] escoradas sobre a pequena propriedade e, principalmente, sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, todo concentrado nas mãos de burocratas ligados a alta administração”.<sup>24</sup> A ideia da marcha, do movimento, da conquista e afirmação da nacionalidade é representada pela frase de Getúlio Vargas e reproduzida no texto de Lenharo em que diz:

---

em formado de grade no qual a erva é depositada verticalmente para a secagem, portanto com certa distância do fogo de modo a evitar um incêndio.

<sup>21</sup> COELHO JUNIOR. *Pelas selvas e rios do Paraná*. Op. cit., p. 181.

<sup>22</sup> MERCER, Luiz Leopoldo. *Edmundo Alberto Mercer*. Toca Mercer, um livro só para nós. Edição comemorativa do seu 1<sup>o</sup>- Centenário, 1978, p. 84.

<sup>23</sup> Cf. FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

<sup>24</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986, p. 14.

“o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para o Oeste”. Isso refletia a intenção de construir um discurso que gerasse uma sensação de homogeneidade em torno do ser brasileiro, que se espalharia sob diversos aspectos, desde a unidade econômica, política e étnico-cultural. O discurso do “vazio” se enquadraria facilmente por estar amparado por inúmeros relatos de viagens. E, de certa forma, reproduzida por alguns autores conforme apontou Gilmar Arruda,<sup>25</sup> quando faz referência Nelson Werneck Sodré. Este enfatizava a presença de uma “população estranha” no Oeste brasileiro. Arruda, em contrapartida, é enfático, afirmando que os “[...] sertões não eram ‘espaços vazios’ mas, antes, um espaço tomado de determinadas relações de poder”<sup>26</sup>.

A política estadonovista na região de fronteira teve embates com as *obrages*, companhias que mantinham a maior parte dos seus trabalhadores paraguaios e que, pressionados, buscaram lentamente nacionalizar essa população, implantando escolas como uma das saídas para dar homogeneidade ao discurso nacional, assim como a instalação de alguns aparatos do estado brasileiro, como postos fiscais para coleta de impostos. Entretanto isso gerou poucos resultados, tendo em vista o reduzido investimento nesta área de grande dimensão territorial. Essas intensas relações de poder afluíam no contexto dos sertões colocando em xeque o discurso do “vazio” veiculado pela “Marcha para o Oeste”, apesar de ter se mantido e sustentado a política de colonização do Estado Novo na região de fronteira.<sup>27</sup>

O conflito político era marcado por uma série de jogos de interesses tanto do governo federal quanto do estadual. A dificuldade claramente evidenciada era o discurso de nacionalização da chamada “fronteira guarani”. O grupo que representava Getúlio Vargas pretendia criar novas unidades territoriais em território considerado de fronteira, que abrangeria uma parcela do território catarinense, paranaense e sul do Mato Grosso. A acusação que se fazia era de que o Estado do Paraná nada fazia para nacionalizar seus territórios no oeste. Medidas foram tomadas pelo governo estadual de modo a evitar a perda de seu território e efetivar a chamada nacionalização da fronteira.<sup>28</sup> O discurso que se alastrava explicitamente era da “Marcha para o Oeste”, carregado de uma doutrina ideológica pelos homens no poder. A intenção principal em criar os territórios federais do Iguazu<sup>29</sup> e de Ponta Porã, segundo Wachowicz, não estava ligada apenas ao problema da nacionalização, mas abrir caminho para a expansão das companhias colonizadoras gaúchas, subtraindo o controle dos estados.<sup>30</sup>

---

<sup>25</sup> ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 18.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>28</sup> Cf. WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos*. *Op. cit.*, p. 141.

<sup>29</sup> Cf. LOPES, Sérgio. *O território federal do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

<sup>30</sup> WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, Mensus e Colonos*. *Op. cit.*, p. 146.

A queda das exportações de erva-mate do oeste paranaense, queda motivadas pela política de incentivo de plantio ocorrido na Argentina e pela alta das taxas de impostos, levou a uma mudança no cenário da fronteira nas décadas de 1930-40. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder – após ter tido forte apoio no Paraná com a articulação político-militar feita pelo major Plínio Alves Monteiro Tourinho, que era engenheiro do exército e professor da astronomia da Universidade do Paraná, ligado por parentesco às famílias tradicionais do estado – foi nomeado para o Governo Provisório do Paraná, o interventor general Mário Alves Monteiro Tourinho, irmão do comandante da Revolução no Paraná, Plínio Tourinho.<sup>31</sup>

Ao assumir o governo provisório, Mário Tourinho<sup>32</sup> iniciou um processo de recuperação das terras por parte do Estado do Paraná a partir do Decreto n. 300, de 3 de novembro de 1930. Com esse decreto cancelou os contratos das concessões de terras realizadas anteriormente, mantendo apenas as concessões da Companhia de Terras Norte do Paraná e do Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, consideradas “imobiliárias idôneas”. Durante o governo provisório, Tourinho assina o Decreto n. 800, de 8 de abril de 1931, em que defende a formação de pequenas e médias propriedades nos terrenos devolutos de, no máximo, 200 ha por indivíduo e/ou família. Nesse mesmo contexto, ampliam-se também as compras de terras por parte das companhias de colonização. Então esse é o momento em que se inicia o processo propriamente brasileiro de colonização da região ao oeste do Estado do Paraná.

Enfocamos, a partir deste momento, apenas o caso do contexto da colonização de Mamborê, como parte da política maior de “abrasileirar” a fronteira nacional.

O processo de colonização de Mamborê ocorreu em duas frentes de expansão, diferentemente de outras regiões: uma proveniente do norte, derivada da frente do café, por migrantes paulistas, mineiros e nordestinos, e outra maior do sul do Brasil<sup>33</sup>, composta por gaúchos e catarinenses, em sua maioria descendentes de imigrantes europeus que passaram a se dedicar à agricultura familiar.<sup>34</sup> Foi então com essas duas frentes que se efetivou, na região, a política da implantação do discurso da “Marcha

---

<sup>31</sup> Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 47-56, 1997.

<sup>32</sup> Mário Tourinho enfrentou forte oposição de alguns setores paranaenses, o que influenciou para a sua curta permanência à frente do Estado por pouco mais de um ano. A indicação de Vargas foi por Manoel Ribas, que era seu homem de confiança e tinha apoio de importantes setores dominantes do Paraná. Ribas nasceu em Ponta Grossa, mas teve passagem por Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde foi prefeito. Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Op. cit.*, 1997.

<sup>33</sup> A migração do Rio Grande do Sul teria ocorrido em dois momentos distintos: a primeira no início do século XX, quando milhares de gaúchos, sentindo-se ameaçados pelo contexto político conturbado da época, migraram para Santa Catarina e Paraná. O segundo momento ocorreu na década de 1940, quando houve o deslocamento de um grande fluxo de migrantes sulistas para o Paraná, motivado pelo fracionamento de terras do sul, resultante de subdivisões por herança familiar.

<sup>34</sup> HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Uiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. *Boletim de Geografia*. Maringá, v. 11, n. 01, p. 67-88, dezembro de 1993, p. 73.

para Oeste”. Nilo Bernardes<sup>35</sup> ressalta, no entanto, que alguns dos primeiros migrantes conhecidos que chegaram à região migraram da parte Norte e Leste do próprio território paranaense. E, por outro lado, como também afirmou Elpídio Serra,<sup>36</sup> o noroeste paranaense foi atingido, na década de 1940, pelo fluxo migratório que já se havia iniciado na década anterior no norte do estado, sendo um dos principais atrativos a fertilidade da tão propagandeada “terra roxa” e a atividade cafeeira.

Incentivado pela política de ocupação do Estado entre as décadas de 1930 e 1940, o fluxo migratório proveniente de vários estados brasileiros para a região foi muito grande. Entretanto, o Estado tinha de sanar os conflitos pela posse da terra na região e, ao mesmo tempo, colonizar também as suas terras devolutas e de antigas concessões retornadas.

As frentes pioneiras aumentam a partir de 1939, com a entrada em vigor do Decreto Estadual n. 8.564, de 17 de maio de 1939, autorizando a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura a dar início, nos municípios de Londrina e de Guarapuava, do que passou a ser chamado de Plano de Colonização dirigida. Essa política fundiária tornou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização em um dos mais importantes órgãos da estrutura administrativa do governo estadual.<sup>37</sup> A função era regulamentar a colonização espontânea, corrigindo a ocupação desordenada das terras públicas anteriores à década de 1939, assim como mapear as glebas não povoadas.

Em 1943 foi criada a 8ª Inspeção de Terras, localizada em Guarapuava, onde concentrava a administração da região polarizada de Campo Mourão que, na época, não possuía municípios. Diferentemente de outras regiões do estado, a colonização dessa faixa de terras foi realizada pelo próprio Estado, sem fazer concessões a empresas de colonização privadas.

O diretor da Inspeção, o engenheiro civil Sady Silva, tinha planos de formação de patrimônios que, segundo suas estimativas, poderiam transformar-se em cidades com o passar dos anos e, ao mesmo tempo, regularizar a situação de ocupação de posse, bem como propagar e atrair novos compradores de terras devolutas a baixos preços. Para apressar o projeto, Sady conseguiu instalar em Campo Mourão a 8ª Inspeção de Terras, transferindo-a de Guarapuava, estendendo-se a demarcação das glebas até aproximadamente 1949.

Segundo Lysia Maria Cavalcanti Bernardes:

Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri, as colô-

<sup>35</sup> BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE: Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427- 456, out./dez., 1952, p. 439.

<sup>36</sup> SERRA, Elpídio. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. *Campo Território – Revista de Geografia Agrária*, v. 5, n. 9, p. 89-111, fev. 2010.

<sup>37</sup> YOKOO, Edson Noriyuki. *A dinâmica das frentes de ocupação territorial*. Op. cit., p. 115.

nias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e na do rio Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquidão e Mourão. São estas colônias constituídas por numerosas glebas cujas áreas, salvo algumas exceções, variam entre 5.000 e 10.000 hectares.<sup>38</sup>

Com o fluxo de migração bastante adiantado, em 1º de junho de 1944, por determinação do interventor Manoel Ribas, as terras da região de Mamborê começaram a ser legalizadas. Uma das primeiras reuniões para a legalização e titulação das terras nessa região foi realizada na residência de Daniel Miranda, pelo engenheiro Sady Silva, inspetor da 8ª Inspeção Regional de Terras.<sup>39</sup> O engenheiro João Rysz e o agrimensor Pólton Radecki demarcaram os lotes rurais da colônia Goio-Bang, que abrangia a área do atual município de Mamborê. Cabe ressaltar que, em 1944, ano em que recebeu o convite do governo para trabalhar na colonização estadual, o agrimensor Pólton Radecki, descendente de poloneses, veio para Mamborê, onde iniciou, no mês de maio, o trabalho de medição das glebas na região.

Segundo o agrimensor Pólton Radecki, em 1944 o governador Manoel Ribas e o engenheiro Sady Silva convocaram a população mamboreense, que ainda era constituída em pequeno número, para participar de uma reunião na qual foi tratado acerca da necessidade de se realizar, com urgência, a colonização de Mamborê, pois os paraguaios estavam invadindo o Sudoeste do Paraná e já teriam chegado até Campo Mourão. As forças armadas brasileiras já haviam expulsado os estrangeiros, porém eles tornaram a ameaçar.<sup>40</sup> O que se percebe é que o discurso da “Marcha para Oeste” era utilizado intensamente, criando resultados efetivos no imaginário social da população, que então se envolvia no discurso da nacionalidade propagada.

Com esse discurso, o Estado procurava instigar na população o discurso nacionalista da necessidade de ocupação de terras tão férteis. A prática expansionista do Estado Novo consistia em ocupar os espaços representados em seu discurso como “vazios” demográficos e que tivessem presença estrangeira, mesmo que insignificante. Certo era que as empresas estrangeiras haviam monopolizado o comércio no rio Paraná, dominando a distribuição das mercadorias na região. As evidências apresentadas por um número significativo de viajantes que haviam transitado por essas terras reforçam o discurso da “[...] ausência de brasileiros e consequentemente da cultura brasileira” e, alerta Wachowicz, que as “[...] circunstâncias favoreciam, nas regiões limítrofes, a imposição, pelos estrangeiros, de seus usos, costumes, e até o próprio idioma [...]”.<sup>41</sup>

É de se entender, portanto, que a colonização da região do atual município de Mamborê partiu, sobretudo, do interesse do próprio governo estadual, tendo em

<sup>38</sup> BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE: Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953, p. 350.

<sup>39</sup> OLIPA, Vilson. *História de Mamborê*. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>40</sup> Pólton Radecki. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 28 jun. de 2011.

<sup>41</sup> WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageiros, mensus e colonos*. *Op. cit.*, p. 129.

vista a preocupação com as intenções do governo federal de criar territórios federais na região de fronteira, tudo fundamentado em um discurso construído alegando a ausência de brasileiros e presença forte de estrangeiros nesse espaço territorial. Diante disso, o governo do estado do Paraná tinha urgência na demarcação dos lotes, pois esses lotes seriam vendidos às inúmeras famílias que estavam chegando à região, motivadas pela intensa propaganda realizada em diversas regiões do Brasil. Como consequência disso, a comercialização das terras deste município de Mamborê ocorreu rapidamente.

Os primeiros focos de migração começaram a ocorrer já a partir de 1925. Chegaram à localidade as “primeiras famílias de brasileiros”, vindas da região de Três-Bicos (atual Distrito de Três Bicos, sublocalidade pertencente ao município de Cândido de Abreu, PR.), e adentraram pela “picada” da Campina do Amoral, também conhecida como Tapera de Sinhá Ana Coita (senhora que residia no local). Os primeiros migrantes conhecidos a chegar à Mamborê foram o Firmino Manoel Nogueira, juntamente com sua esposa Albina, a filha Balbina e os parentes Salvador Siebre, Fermino Siebre e Marcos Siebre.<sup>42</sup>

Em Mamborê, eram inúmeras as dificuldades encontradas pelos primeiros migrantes, sobretudo em relação à infraestrutura, realidade na qual duas situações poderiam ser destacadas como mais representativas. A primeira se refere às dificuldades de estabelecimento, pois, ao chegarem à região mediante transporte por carroças, por meio de estreitas “picadas”, tiveram que derrubar a mata e serrar a madeira com ferramentas manuais para construir suas casas. Enquanto essas não ficavam prontas, eles utilizaram como moradia os barracões do acampamento Natividade, construídos por Allica no começo do século XX. Conforme citado, este acampamento localizava-se onde atualmente está situada a Praça das Flores, sendo esse o local da formação do núcleo urbano da atual cidade de Mamborê. A segunda dificuldade encontrada pela população era a precariedade da infraestrutura, marcada pela inexistência de pontos comerciais próximos, o que não favorecia a fixação de residência nessa região tão inóspita.<sup>43</sup>

Poucos anos depois, no início da década de 1930, chegou a essa localidade o mineiro Léo Guimarães. Ele aí instalou uma pequena casa comercial e a deixou sob a responsabilidade do guarapuavano Daniel Miranda. Nessa pequena casa comercial eram vendidos desde produtos alimentícios até tecidos, calçados, querosene, dentre outras coisas. Mesmo assim, no entanto, o incremento comercial na região passou a ter maior vigor somente a partir da década de 1940, quando chegaram Augusto Mendes dos Santos e Antônio Mendes dos Santos, vindos da cidade de Pitanga, Paraná. Aí estabeleceram suas casas comerciais e o povoado começou a tomar forma. Nessa

---

<sup>42</sup> OLIPA, Vilson. *História de Mamborê*. *Op. cit.*

<sup>43</sup> Antônio Genciano dos Santos Filho. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 23 abr. de 2011; Pólton Radecki. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 28 jun. de 2011; Augusto Genciano dos Santos. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 23 abr. de 2011.

época, rara recomporem seus estoques de mercadorias, esses comerciantes precisavam se deslocar até a cidade de Guarapuava.<sup>44</sup> A mesma dificuldade era encontrada quando alguém ficava doente, pois, como não havia médico no povoado, as pessoas se deslocavam até Campo Mourão, que, na época, ainda era distrito de Pitanga, a cidade mais próxima. A viagem era cansativa e demorada, pois feita no lombo de animais ou em carroças. As “picadas” eram estreitas e se estendiam mato adentro por mais de 40 km de extensão.

Em 1934, Joaquim Dorneles Barbosa foi nomeado para exercer a função de Inspetor Municipal e Policial pelo município de Pitanga, do qual o povoado Mamborê fazia parte. Ou seja, ele ficou responsável pela segurança e indicava aos migrantes que chegavam ao povoado os locais onde seriam feitas as novas construções.<sup>45</sup> Assim, com o controle exercido pelo Município de Pitanga a partir de 1934, por ação da Inspetoria Municipal e Policial, e com a chegada de mais famílias, em 1940 a localidade se tornou uma vila, nomeada de Vila “Mamburê”. Cabe, no entanto, cabe salientar que, ao longo de vários anos, a vila pouco cresceu, mantendo-se geograficamente isolada e com algumas casas residenciais das poucas famílias que viviam ali, e pequenas casas comerciais, algumas serrarias, uma Igreja Católica, armazéns e barracões para o abrigo de animais e o armazenamento dos produtos colhidos. Ou seja, os moradores do povoado de “Mamburê” continuaram enfrentando as dificuldades de infraestrutura.

Conforme Antônio Genciano dos Santos Filho, filho de migrantes procedentes de Pitanga, a subsistência das famílias dependia em parte da safra, sobretudo de milho, e da venda de porcos em Guarapuava. Segundo ele,

Fazia safra, plantava-se milho e comprava porco e levava tocado daqui a Guarapuava. Eram quatro meses pra descer e três meses pra subir a pé daqui lá tocando. [...] Tinha já os pontos de parada lá. Então chegava lá, era 20 km até um ponto que se andava por dia de madrugada até chegar lá. Chegava lá, daí dormia, tratava os porcos no dia seguinte de novo. Pra ver que a coisa era muito difícil [...].<sup>46</sup>

Nessa mesma direção, Pólon Radecki<sup>47</sup> relatou que, quando chegou no povoado, em 1944, as poucas famílias que ali viviam dependiam da pequena produção de subsistência, como plantação de arroz, milho, mandioca, batata, feijão, etc. Segundo Hespanhol, assim como já havia apontado Radecki, uma das principais atividades econômicas dos migrantes no processo de ocupação foi a plantação de subsistência, como milho, arroz, além da criação de gado e porcos.<sup>48</sup>

---

<sup>44</sup> Antônio Genciano dos Santos Filho. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 23 abr. de 2011.

<sup>45</sup> Cf. OLIPA, Vilson. *História de Mamborê*. *Op. cit.*

<sup>46</sup> Antônio Genciano dos Santos Filho. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 23 abr. de 2011.

<sup>47</sup> Pólon Radecki. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 28 jun. de 2011.

<sup>48</sup> HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A formação sócio-espacial. *Op. cit.*, p. 73.

O que fica evidente a partir dessas questões é que o Estado, a partir de sua atitude intervencionista, tinha alguns interesses. Segundo Freitag,

De um lado sua pretensão era resolver os problemas de ocupação espacial por meio de correntes migratórias para novas áreas de colonização e por outro regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através da produção das novas áreas colonizadas.<sup>49</sup>

Mesmo assim, no entanto, para além da produção agrícola, a extração da madeira foi uma das primeiras atividades comerciais que permeou a ocupação da região e favoreceu o surgimento de indústrias de beneficiamento de madeira. Durante as décadas de 1930 e 1940, Mamborê chegou a contar com cerca de 30 serrarias, fomentando o comércio e atraindo os habitantes das áreas adjacentes até esse pequeno núcleo de povoamento.<sup>50</sup>

À medida que mais migrantes foram chegando, começaram a surgir, na zona rural, as primeiras comunidades. Várias dessas comunidades foram criadas onde anteriormente estavam instalados os acampamentos de Dom Júlio Allica. Além disso, algumas comunidades mantiveram e mantêm até hoje o mesmo nome dado por Allica a seus acampamentos, conforme representado na Figura 2.

A migração para Mamborê teve como característica marcante o encontro de diversas correntes migratórias, especialmente a partir da década de 1930. Mesmo assim, no entanto, as comunidades foram criadas conforme os seus núcleos iniciais de migração de cada determinada região. A atual comunidade Canjarana, por exemplo, recebeu um número significativo de migrantes paulistas e ficou conhecida na época como o Bairro dos Paulistas. Já a comunidade conhecida atualmente como Lageado foi local de concentração de migrantes descendentes de alemães e italianos sulistas, provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O que manteve a ocupação do território pelos migrantes pode ser atribuído, em parte, aos fortes vínculos religiosos. A religião e as práticas inerentes à religião foram formas de conservar a identidade, a segurança social e cultural. Podemos, portanto, dizer que, em cada uma das comunidades mamboreenses, os grupos de migrantes ali estabelecidos procuraram manter vivas suas identidades, sobretudo por meio da religião, como também pôde ser verificado em outras regiões de colonização no Paraná.<sup>51</sup> Na comunidade do Lageado, por exemplo, encontrava-se estabelecida mais de uma igreja, sendo uma da religião luterana e outra da religião católica. As demais comunidades, porém, tinham inicialmente apenas igrejas da religião católica.

---

<sup>49</sup> FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras perigosa*. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>50</sup> Cf. OLIPA, Wilson. *História de Mamborê*. *Op. cit.*

<sup>51</sup> Cf. MEZZOMO, Frank Antonio. *Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

De acordo com os registros encontrados nos arquivos da Cúria Diocesana de Campo Mourão, a primeira missa celebrada em Mamborê ocorreu em 1934, momento em que as migrações começavam a se intensificar. A missa foi celebrada pelo padre Paulo Tschorm, de Guarapuava, que estimulou, a partir daquele momento, a construção de capelas em Mamborê. Segundo o padre Aloysio Jacobi, “A paróquia [de Campo Mourão] foi visitada pelos padres de Guarapuava até o ano de 1934. Desde o ano 1934 até o ano de 1943 foi o lugar visitado pelos padres de Pitanga”.<sup>52</sup>

A primeira capela de edificação simples e pequena foi construída em 1938, e uma nova construída em 1944 (Figura 3) nas proximidades da atual Praça das Flores, contemplando a demanda de aumento da população de migrantes que haviam chegado a Mamborê.<sup>53</sup>



Figura 3: Foto da Segunda Capela, inaugurada em 1944, no Povoado “Mamburê”.

Fonte: Prefeitura Municipal de Mamborê.

A foto retrata um casamento coletivo, muito comum durante o processo de ocupação do território. A igreja era o centro agregador da população, pois, quando aí se reunia, as pessoas discutiam acerca dos problemas que enfrentavam, renovando a motivação de permanência. Era o local para noticiar festas, mortes, recepcionar os novos migrantes e necessidades da comunidade. Assim como destacou Mezzomo no estudo da colonização no oeste do Paraná, o elemento religioso é, portanto, componente importante na cultura do migrante, “[...] que culturalmente sente a necessidade

<sup>52</sup> Arquivo Diocesano de Campo Mourão. 01, Est. 18, Livro 45, fl. 01.

<sup>53</sup> Arquivo Diocesano de Campo Mourão.

da assistência religiosa, conforme havia nas colônias donde imigraram”.<sup>54</sup> Apesar das diferenças no processo de colonização de Mamborê e de Toledo, é bastante evidente, nos dois casos, a importância da religião para o migrante e a influência na permanência nas novas colônias. A preocupação com a questão religiosa também se fazia notar no governo do estado, especialmente porque Manoel Ribas havia trazido Dom Euzébio da Rocha para ser Arcebispo Metropolitano de Curitiba, seu conhecido e de Vargas quando havia sido Bispo de Santa Maria na década de 1920. A presença do religioso demonstrava as preocupações políticas e ligações com a esfera religiosa tradicional no Paraná, em especial pela perspectiva conservadora e de defesa da ordem, o que acabaria se refletindo na presença religiosa no processo de colonização.<sup>55</sup>

Como o acesso à terra era fácil, pois, segundo o agrimensor Pólton Radecki,<sup>56</sup> o migrante podia escolher a localidade a ser adquirida, porém com a condição de que estivesse próxima a uma área onde as demarcações já haviam sido iniciadas. Antes, porém, da derrubada da mata e da demarcação do terreno, era necessário requerer primeiramente uma autorização dos guardas florestais que vieram para Mamborê junto com o agrimensor, em 1944. De acordo com o agrimensor, os guardas florestais tinham um formulário de controle com informações do requerente e de cada terreno que poderia ser adquirido. Esse controle era, então, repassado para o chefe do Departamento de Geografia, Terras e Colonização de Campo Mourão, e a derrubada da mata e as demarcações só eram efetuadas após a autorização dessa autoridade.

Em relação à legalização das terras, Pólton Radecki relatou que o término das demarcações da Colônia Goio-Bang ocorreu em 1949, porém a legalização das terras só começou a ser efetivada na década de 1950.<sup>57</sup> O processo era demorado, visto que envolvia uma série de burocracias e os Títulos de Propriedade só eram emitidos em Curitiba.

Para além da legalização das terras, o problema maior ainda era o isolamento geográfico da região, fator que inviabilizava a manutenção do processo colonizador. A falta de infraestrutura foi um dos maiores problemas enfrentados, para não dizer o maior. A falta de escolas, hospitais, casas comerciais, entre outras empresas e instituições, foi marcante, sobretudo porque o deslocamento a outras localidades era feito em péssimas vias, de modo que se levava muito tempo para chegar a cidades com infraestrutura maior, vivendo os moradores de Mamborê em isolamento.

No primeiro momento, o discurso religioso acabou por servir de catalisador das tensões, apaziguando a população, isso até o momento em que o início do ciclo econômico do café e a instauração definitiva de cidades como Londrina, Maringá e Campo Mourão mudaram essa realidade. A região Norte do Estado atraiu uma leva

---

<sup>54</sup> MEZZOMO, Frank Antonio. *Religião, nomos e eu-topia*. *Op. cit.*, p. 189-190.

<sup>55</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Op. cit.*

<sup>56</sup> Pólton Radecki. Entrevista concedida a Josimari Morigi, em 28 jun. de 2011.

<sup>57</sup> *Idem*.

de pessoas de todas as regiões do país, gerando a substituição das antigas picadas por estradas. Com isso, o povoado de Mamborê, que sofria com problemas de infraestrutura, começava a ter um maior acesso aos principais centros comerciais da região, impulsionando o aumento migratório e o conseqüente processo de ocupação territorial. Desse modo, permitindo a viabilidade e o desenvolvimento da região do atual município de Mamborê<sup>58</sup> com crescimento populacional, passando a se emancipar político-administrativamente em 1960, desmembrando-se do município de Campo Mourão.

Desse modo, o que se percebe é que o discurso estadonovista voltado a imprimir um sentimento de nacionalidade e de brasilidade foi refletido com intensidade entre os migrantes, gerando uma falsa sensação de identidade nacional que proliferava, mascarando os conflitos, os interesses e a dominação.

### Considerações finais

O propósito de construção de uma nação homogênea permeou os discursos de ocupação da região de fronteira, assim como o ideal político de dar maior brasilidade ao espaço que contava com a presença estrangeira e que serviu de bode expiatório para a implantação de interesses políticos e econômicos de grupos que estavam vinculados ao poder. Esses foram os principais fatores que contribuíram para a realização da colonização do território de Mamborê a partir da década de 1930.

Nesta pesquisa identificamos os vínculos existentes entre a política nacional de ocupação dos considerados “vazios demográficos” com o processo de migração e ocupação territorial, ocorrido a partir da década de 1930. A “marcha” em direção aos territórios considerados desabitados levou milhares de brasileiros, movidos pelo sonho de conquista e de vida melhor, a migrar para os sertões do Paraná, efetivando, dessa forma, a ocupação já visualizada em fins do século XIX pelas ações do Ministério da Guerra.

A migração em direção ao território do atual município de Mamborê teve várias frentes de ocupação, tanto do norte quanto do sul do país e, diferentemente de parte do processo de ocupação das terras do Estado, Mamborê não contou com uma colonização empresarial privada. A ocupação foi direcionada pelo próprio Estado, entretanto, esse processo não esteve alheio ao jogo de interesses que o governo nacional tinha sobre esse território. O processo foi desassistido, com falta de infraestrutura e com isolamento geográfico, fatores que, por pouco, quase inviabilizaram a ocupação e a conseqüente permanência dos colonos. O papel da religiosidade, sobretudo da Igreja católica, norteou e manteve viva, a duras penas, as esperanças dos migrantes.

---

<sup>58</sup> Com a emancipação política em 1960, o nome do município foi registrado, por erro de grafia, como Mamborê ao invés de Mamburê.

Enfim, a ocupação, exploração, comércio de produtos e a presença de argentinos e paraguaios na fronteira serviu propositalmente aos discursos sobre a falta de brasilidade, aos interesses políticos e econômicos do Estado Novo. O discurso de defesa das fronteiras na rápida ocupação dos sertões paranaenses com a intensificação dos fluxos migratórios colonizadores, como ocorreu no caso de Mamborê, foi estratégia articulada cuidadosamente para beneficiar os grupos no poder.

*Artigo recebido em 26 de novembro de 2014.*

*Aprovado em 20 de julho de 2015.*